

258.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5.ª LEGISLATURA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 1963

PRESIDÊNCIA do Sr. Ciro Albuquerque

SECRETARIOS, Srs.: Floro Pereira da Silva, Oswaldo Massei
e Muzzetti Elias Antônio

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 17 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Ademar Pacheco — Alfredo Ignácio Trindade — Farabulini Júnior — Antonio Donato — Antonio Morimoto — Araripe Serpa — Ariovaldo Roscio — Augusto do Amaral — Benedito Matarazzo — Camilo Ashcar — Carlos Kherlakian — Cassio Clampolini — Chopin Tavares de Lima — Cid Franco — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Diogo Nomura — Lo. Neto — Esmeraldo Tarquínio de Campos — Floro Pereira da Silva — Francisco Amaral — Francisco Franco — Salgot Castillon — Scalamaudré Sobrinho — Galileu Bicudo — Gilberto Silveira Lopes — Gualberto Moreira — Gustavo Martini — Elio Bernardi — Hilário Torloni — Hozero Silva — Hozair Marcondes — Israel Dias Novas — Jacob Carolo — Jamil Dualibi — Jamil Gadia — Januário Mantelli Neto — Jayme Daige — Batista Botelho — João Hornos Filho — Mendonça Falcão — José Costa — José Felício Castellano — Archimedes Lammóglia — José Lurtz Sabia — José Rosa da Silva — José Garcia — Silveira Sampaio — Juvenal de Campos — Leônicio Ferraz Júnior — Lúcio Casanova Neto — Modesto Guglielmi — Murilo Souza Reis — Nabil Chedid — Nelson Pereira — Avallone Júnior — Orlando Iazzetti — Oswaldo Massei — Pedro Paschoal — Pinheiro Júnior — Raul Schwinden — Cardoso Alves — Almeida Barbosa — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resguez — Sinval Antunes de Souza — Solon Borges dos Reis — Ubirajara Keutenedjian — Valério Giuli — Lopes Ferraz — Leônidas Umburanas — José Sanches Postigo — Luciano Nogueira Filho — Walter Auada — Euripedes de Castro — Aníbal Haman — Aristides Troncoso Peres — Muzzetti Elias Antônio e Osny Silveira, e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Lima — Realindo Corrêa — Carlos René Egg — Arruda Castanho — Domingos Aldrovandi — Fernando Mauro — Fioravante Iervolino — Josphumi Utiyama — Cruz Secco — Amaral Gurgel — Blota Júnior — José Jorge Cury — José Luiz Cembraneli — José Sidney Cunha — Tranquellino Avenno — Manoel Joaquim Fernandes — Mário Telles — Nadir Kenan — Nagib Chaib — Omair Zomignani — Onofre Gosuen — Orlando Zancaner — Paulo de Castro Prado — Paula Nakandakare — Paulo Planat Buarque — Pedro Geraldo Costa — Renato Cordeiro — Shiro Kyono — Venício Glachini — Wilson Lapa — Leônidas Camarinha — José Maria Leal Costa Neves e Orlando Jurca.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

— Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE — Srs. deput. os, há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Zollner Machado, de cinco dias de licença para tratamento de saúde. Deferido o requerimento de S. Exa. fica convocado o suplente, nobre deputado Aníbal Hamann, que está dispensado do compromisso regimental por já tê-lo prestado anteriormente.

Vamos apreciar a matéria da Ordem do Dia.

(PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE)

— Entra em 2.ª discussão adiada o Projeto de lei n.º 413-61, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre aprovação de contrato de abertura de crédito entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Governo do Estado de São Paulo para o reaparelhamento da Estrada de Ferro Sorocabana. Pareceres ns. 2813/62 e 1642/63, respectivamente de relator especial e da Comissão de Finanças, favoráveis.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão. Tem a palavra o nobre deputado João Batista Botelho, que dispõe de 30 minutos.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, antes de iniciar eu pediria a palavra para uma comunicação, se regimental.

O SR. PRESIDENTE — Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, anteontem estive em Franco da Rocha, visitando o Hospital Psiquiátrico do Juqueri e me surpreendi com o seu administrador, cujo nome não me recordo, um cidadão extraordinário. Tive a oportunidade de perceber que o tratamento dispensado hoje aos doentes do Juqueri é de se respeitar. E de se lamentar que outros governos — inclusive o atual, porque a informação que tive é que de muitos governos para cá o Juqueri vem regredindo, parece que desde 1946, e a informação é dos próprios dirigentes atuais daquele nosocômio — é de se lamentar que só agora venha se cuidando de dar um bom tratamento a esses doentes.

Criticamos aquilo que não achamos certo e por isso não podemos deixar de louvar aquilo que consideramos certo. Portanto, queríamos comunicar à Casa que achamos que os dirigentes, hoje, do Juqueri, são capazes de melhorar aquele hospital. O nobre deputado Farabulini Júnior, presidente da Comissão de Inquérito do Juqueri, anunciou um convênio com hospitais particulares. Nós queríamos, neste instante, discordar porque parece que não se encontra, nos hospitais particulares, nenhuma possibilidade de amparar os doentes mentais, a não ser em alguns hospitais que não conheço. Acho que o convênio não é a solução. E nós, que pensamos que o poder público deve encampar as instituições particulares, não podemos admitir convênios dessa espécie.

Temos um exemplo em Araçatuba, de um hospital para doentes mentais, onde existem alguns quartos fechados para prender doentes. A diretora desse hospital, com o dinheiro proveniente de subvenções, com o dinheiro que recebe do leito-dia, compra sítios, casas e outras coisas para seu uso pessoal. De maneira que já tenho experiência de convênios dessa espécie, porque conheço esse caso de Araçatuba. E como lá acontece isso, certamente não deixará de acontecer também em outras cidades. Creio que não devemos, por este motivo, apoiar essa idéia de convênio.

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar a campainha) — Nobre deputado João Batista Botelho, o tempo de V. Exa., para reclamação, está esgotado.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Nestas condições, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela ordem, o nobre deputado João Batista Botelho.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — (Pela ordem) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, gostaria de indagar do nobre deputado José Lurtz Sabia, quanto S. Exa. pagou à revista "O Cruzeiro", para a publicação daquela reportagem que saiu no último número daquele periódico. Gostaria de obter essa informação porque tive a oportunidade de figurar naquela reportagem, embora sem saber como isso aconteceu. Apesar de não ser citado o nome deste deputado, todos os que me viram naquela publicação, perguntaram: Quanto você pagou para sair no "O Cruzeiro"? A única resposta que tive para o caso foi dizer que nada paguei, pois nem o meu nome ali constava. Portanto, se eu apareci, foi por mera casualidade, talvez até por um lapso do reporter.

Mas, Sr. Presidente, segundo se diz por aí, a publicação de uma única página naquela revista, custa uma fortuna. E como na reportagem a que me refiro ocupou-se cerca de três páginas com comentários dos quais discordo, creio que deve ter ficado muito cara a publicação. Desejaria que o autor daquela reportagem fosse mais objetivo, comentasse os atos de alguns deputados que não empregam bem as verbas recebidas para distribuição a associações assistenciais, mas que também defendesse aqueles deputados que sabem distribuir as suas verbas pessoais, fazendo-o dentro dos preceitos regimentais.

Eu, por exemplo, dentro de alguns dias irei atacar os deputados que distribuem as suas verbas entre clubes de futebol ou para iluminação de clubes. Isso sim, é digno de críticas. Eu, da minha parte, distribuo a minha verba única e exclusivamente à assistência social.

Mas, nobre deputado José Lurtz Sabia, o que me fez dirigir esta pergunta a V. Exa., sobre o preço daquela reportagem, foi um outro assunto muito mais nocivo ao Estado, que permite o comerciante escorchar ainda mais o povo, através dos aumentos de preços. Trata-se do aumento do imposto de vendas e consignações. Isso a revista "O Cruzeiro" não comentou, não interessou a ela. Fiz um apelo à imprensa falada e escrita, para que o comentasse, mas, infelizmente, não fui atendido, embora o aumento do imposto de vendas e consignações represente um assalto, um furto e um abuso contra o povo indolente de nossa terra. Este assunto "O Cruzeiro" não comentou, não exigiu, não teve interesse.

Sómente por este motivo, Sr. Presidente, é que dirijo a pergunta ao nobre deputado José Lurtz Sabia: quanto custou aquela reportagem de "O Cruzeiro"? S. Exa., conheço-o muito bem, certamente não pagou nada, pois é um moço humilde, trabalhador, honesto e não teria dinheiro suficiente para patrocinar uma reportagem daquela, de tamanha repercussão. Mas quem sabe se existe a mão de gato por ai? Alguém deve ter pago, porque, no caso do aumento do imposto de vendas e consignações, aquele periódico não cumpriu com a missão que é reservada à imprensa: não procurou informar o povo, não procurou defender esse mesmo povo que está sendo escorchado pelos nossos governantes.

Esta é a questão de ordem que gostaria de levantar, pedindo à Presidência que se fosse regimental, indagasse sobre quem pagou o "Cruzeiro".

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita aos Srs. deputados que se atenham dentro dos textos regimentais, de vez que estamos discutindo a Ordem do Dia. Esses

assuntos têm preferência imediata pois há diversos itens na pauta da presente Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre deputado João Batista Botelho, S. Exa. dispõe de 30 minutos.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — (Sem revisão do orador) — Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós queríamos apenas fazer essa advertência para que no futuro, dentro do Regimento, o nobre deputado José Lurtz Sabia dê explicações a esta Casa. Então, entraremos no assunto novamente e iremos discutir exatamente o projeto do empréstimo. Como nós havíamos indagado do vice-líder da maioria, que falou a respeito do pagamento dos juros, até aquele instante, ao encerramento da sessão de sexta-feira última, não tivemos oportunidade de receber a resposta. Porque, se assim fosse, assim afirmamos então o governo já está com o dinheiro, já o terá aplicado. Se já está com o dinheiro, não há motivos para se dizer que a obstrução está prejudicando a administração.

O Sr. José Lurtz Sabia — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) V. Exa. há pouco abordou um problema relativo aquela reportagem que tanta celeuma criou nesta Casa. A reportagem foi publicada em uma revista e o seu autor a assinou. De maneira que os conceitos emitidos cabem a quem escreveu. Este deputado apenas quando discursava desta tribuna, apresentou dois documentos, cuja veracidade não foi negada pelos seus próprios autores. Assim, compete às revistas ou aos jornais, e não a este deputado, dar maiores esclarecimentos ou oferecer detalhes. Se alguém sentiu-se ofendido, que chame a revista à responsabilidade. Quanto a pagar uma reportagem, quem sou eu? Nem iria fazer isso. Porque para me manter dentro desta Casa, para manter o meu mandato, para conseguir a minha reeleição, não há necessidade de se chegar a extremos. Basta cumprir o meu dever, como V. Exa. o faz. A reportagem é de responsabilidade do seu autor, como qualquer assunto que sai na imprensa. Parece que teriam sido emitidos alguns conceitos que não correspondem à verdade. Mas o problema não é meu. Eu não teria motivos para pagar e jamais pagaria. É o meu trabalho nesta tribuna e nesta Casa que garante a minha permanência aqui e é o que fará com que eu seja tranquilamente reeleito, porque o povo paulista está altamente politizado e tenho certeza de que V. Exa. também voltará a esta Casa.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Eu não esperava que isso saísse do bôlo do ilustre deputado. O problema do deputado ter ou não dinheiro não é tão grave. Muitas vezes o deputado não tem dinheiro — não é o caso de V. Exa., nobre deputado José Lurtz Sabia — mas é um serviço daqueles que o têm. Esse é muito mais nocivo à coletividade.

Mas não há para o deputado esse problema de ter ou não dinheiro, porque conhecemos muito cidadão pobre que é exclusivamente servicial de trustes, servicial de grupos, servicial de potentados. De maneira que não é o caso de V. Exa.

O Sr. José Lurtz Sabia (Com assentimento do orador) — V. Exa. tem razão. Há tempos criou-se na Câmara Federal uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as atividades do IBAD e então foi relacionado um grupo de deputados que entraram no assunto inocentemente, acreditando que não tinham tido participação direta. Mas não é o caso de V. Exa. nem o meu, pois não fomos eleitos a serviço de ninguém a não ser da coletividade. Tanto isto é verdade que qualquer pessoa pode ver nos Anais desta Casa que o trabalho de V. Exa. e o meu se vêm desenvolvendo unicamente no sentido de cuidar dos problemas que interessam à coletividade. As vezes até somos acusados, dentro do nosso partido, de ser ovelhas negras. Logo, nobre deputado, não poderia pesar uma acusação contra V. Exa. nem contra mim. A posição de V. Exa. tem sido marcada sem simulações, definida desde o dia em que assumiu o mandato, e espero em Deus que tanto V. Exa. como eu não falhemos ao povo.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Obrigado, nobre deputado. A nossa posição é no sentido de seguir o que nos determina a nossa ideia.

Mas, ao assumir a tribuna primeiramente desejei elogiar a administração atual do Juqueri, que é uma administração de um governo que nós não apoiamos. E continuo, a cada dia que passa, a afirmar com mais propriedade e precisão que o povo errou. Tanto que se houvesse uma eleição hoje o povo não erraria mais, votaria em Jânio Quadros. Mas isto não é assunto para ser discutido neste momento. Mas, quando verificamos que a administração está certa e merece o nosso apoio, não podemos deixar de dá-lo.

O que não podemos compreender é por que o governo insiste no empréstimo para o reaparelhamento da Sorocabana e esquece por completo, não enxerga, não entende eu não quer entender, não aceita eu não quer aceitar os argumentos que apresentamos para a salvação da pátria. Eu disse e reafirmo que a salvação da pátria está na solução do problema da lavoura, que é o nosso sustento. Está na solução do problema da la-

voura e nós não vimos, até este instante, nenhum projeto do governo — a não ser algumas coisas ditas em entrevista na televisão — no sentido de proporcionar alguma coisa ao lavrador. E nós ainda não vimos nada.

Acho que temos de completar a solução do problema da lavoura com o da Sorocabana, porque a Sorocabana penetra na maior região algodoeira do Estado e por uma das maiores regiões produtoras de amendoim. Isto o governo não lembra, isto o governo esquece, isto o governo desconhece. O governo não atende aos nossos reclamos. Nós solicitamos, desta tribuna, na sexta-feira, que o governo fosse estudar de perto o problema da lavoura, que fosse verificar como a seca está assolando as lavouras. E com isto o lavrador está sem poder fazer a segunda, a terceira e alguns a quarta planta de arroz. Previnam-se povo e operários de São Paulo, porque não vai haver arroz, porque o governo esqueceu completamente o problema, o governo não entende o problema. Nós estamos, desde o início desta legislatura a reclamar para que o governo se mobilize e, através da drenagem das margens dos rios, através da desapropriação das margens dos rios enfrente o problema do tempo. Mas o governo, até hoje, nenhuma medida tomou, sequer de longe. O Secretário da Agricultura nada entende disto, e o governo continua ainda a manter o atual Secretário, nem sei porque, porque já está realmente provado que o Sr. Secretário nada entende dos problemas da agricultura. O que o Sr. Secretário entende é de fazer política, almas de fazer política que não é da boa, porque onde fez política não deu certo, o tiro saiu pela culatra em São Paulo. O povo esclarecido de São Paulo não aceita uma política de 200 anos atrás, não aceita como não aceitou, como repudiou nas urnas o Sr. Secretário da Agricultura. Graças ao Onipotente, a pregação do Sr. Secretário da Agricultura foi em vão, foi por terra porque o povo de São Paulo se esclarece cada dia mais.

Então, não podemos aceitar, não podemos aprovar, não podemos dar ao governo este projeto, porque não vemos nele um projeto que melhor solucione os problemas de São Paulo. Caso levantemos a lavoura de São Paulo estarão solucionados os problemas nacionais. E não é só, resolvendo-se os problemas de São Paulo estaremos dando mão forte, estaremos dando braço forte à Nação toda.

Estes são os nossos argumentos, e se algum deputado do governo não achar razoável que nos conteste. Se nos provar o contrário votamos a favor do projeto. Por inúmeras e inúmeras vezes já temos assumido esta posição, defendendo desta tribuna as proposições do governo. Portanto, se o governo mostrar que estamos errados, que o governo está certo, votamos a favor, sem gastar nada, como temos reafirmado, sem gastar um tostão, sem entrar em conchas, sem gastar empregos, sem gastar empréstimos e sem precisar nem o olhar do líder. Não é preciso que o líder do governo nos olhe para que votemos a favor, desde que nos esclareça que o projeto vem ao encontro dos interesses coletivos, ao encontro dos interesses de São Paulo.

Com o que não podemos concordar, entretanto, com o abandono do governo para com o principal problema da Nação. Não podemos votar favoravelmente a um projeto que não soluciona um problema que consideramos básico para a Nação.

Ouç o aparte do nobre deputado líder do governo, que só pode nos honrar.

O Sr. Hilário Torloni — A honra é toda minha nobre deputado João Batista Botelho, por incluir em seu discurso minhas modestas considerações. Tenho impressão de que não ocorreu ainda a alguns Srs. deputados que discutem este projeto a ideia, ou o tempo não lhes deve ter permitido, de compulsa o processo. Acredito que se qualquer Sr. deputado desta Casa tiver tempo de compulsa este processo não poderá votar contra ele. E admito que todas as considerações que vêm sendo feitas de longos dias a esta parte decorrem exclusivamente desta pequenina falha: a de não terem compulsado e lido e estudado o processo, porque do exame deste processo três ordens de considerações defluem naturalmente. V. Exa., agora, compulsa o avulso. Eu penso que daí é que decorrem as dúvidas de V. Exa. Eu falei do processo, do original onde se contém documentos que foram anexados posteriormente, que esclarecem todas as dúvidas que foram denunciadas dessa tribuna. Mas, como os Srs. deputados discutem pelo avulso, continuam com as mesmas dúvidas. O nobre deputado Blota Júnior, relator desse processo, na Comissão de Finanças, e, em resumo, todas estas dúvidas que muitos dos Srs. deputados vêm expendendo da tribuna. E o Governo, em documento que anexou ao processo, e que do avulso não consta, já dilui essas dúvidas. Quando vejo alguns Srs. deputados, da tribuna, compulsando o avulso, é que me vem a ideia desse lamentável engano. Daí a razão por que eu pediria, respeitosamente, a V. Exa., deputado dedicado à coisa pública, que sempre discute com elevação de pensamento.

O SR. PRESIDENTE faz soar a campainha.

O Sr. Hilário Torloni — O nobre orador permite que eu continue? (Assentimento do